



**PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
**Gabinete Des. ITABIRA DE BRITO FILHO**

ÓRGÃO JULGADOR: **TERCEIRA CÂMARA CÍVEL**  
COMARCA: **TIMBAÚBA/PE – 1ª VARA CÍVEL**  
TIPO: **EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM RECURSO DE  
AGRAVO EM APELAÇÃO CÍVEL**  
PROCESSO Nº: **318645-0**  
EMBARGANTE: **COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO**  
EMBARGADO : **JEOVAH CAVALCANTE DE LIMA**  
RELATOR: **Des. ITABIRA DE BRITO FILHO**

**EMENTA**

---

**DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL – EMBARGOS DE DECLARAÇÃO  
EM RECURSO DE AGRAVO TIRADO EM APELAÇÃO CÍVEL -  
DECISÃO TERMINATIVA QUE NEGOU SEGUIMENTO A APELAÇÃO CÍVEL  
- AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS – CORTE INDEVIDO  
DE FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA -  
REDISSCUSSÃO DE MATÉRIA JÁ APRECIADA – DESCABIMENTO –  
À UNANIMIDADE DE VOTOS, REJEITOU-SE OS EMBARGOS DE  
DECLARAÇÃO.**

I – O manejo dos embargos de declaração tem por finalidade precípua apreciar possíveis omissões, obscuridades e contradições, e, ainda, eventualmente emprestar efeito infringente, na hipótese de manifesto erro material ou de manifesta nulidade do acórdão, quando não existente outro recurso cabível à espécie.

II – No caso em tela, todas as questões já foram plenamente exauridas, não havendo de se falar em divergência jurisprudencial

III - Pretensão de reabertura da matéria embargada, refugindo assim do âmbito dos Embargos de Declaração.

IV – À unanimidade de votos, rejeitou-se os presentes Embargos de Declaração.

## ACÓRDÃO

165  
OK

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Embargos de Declaração nº 0318645-0, figurando como Embargante, **CELPE – CIA. ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO**, e, como Embargado, **JEOVAH CAVALCANTE DE LIMA**; Acordam os Desembargadores que compõem a **TERCEIRA CÂMARA CÍVEL** do Tribunal de Justiça de Pernambuco, à unanimidade, em **REJEITAR** os presentes aclaratórios, mantendo na íntegra a decisão recorrida, tudo conforme o relatório, votos e notas taquigráficas anexos, que passam a integrar o presente julgado.

Recife, 24.05.2014-

  
**Itabira De Brito Filho**

- Relator -



**PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
**Gabinete Des. ITABIRA DE BRITO FILHO**

✓ 166

ÓRGÃO JULGADOR: **TERCEIRA CÂMARA CÍVEL**  
COMARCA: **TIMBAÚBA/PE - 1ª VARA CÍVEL**  
TIPO: **EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM RECURSO DE AGRADO EM APELAÇÃO CÍVEL**  
PROCESSO Nº: **318645-0**  
EMBARGANTE: **COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO**  
EMBARGADO : **JEovah CAVALCANTE DE LIMA**  
RELATOR: **Des. ITABIRA DE BRITO FILHO**

**R E L A T Ó R I O**

**CELPE – CIA. ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO**, pessoa jurídica de direito privado, já devidamente qualificada nos autos, por seu bastante procurador, interpôs os presentes **EMBARGOS DE DECLARAÇÃO**, desafiando acórdão proferido por essa 3ª Câmara Cível do TJ/PE, que houve por **negar provimento** a Recurso de Agravo, que, por sua vez, desafiava decisão terminativa de minha lavra, que havia **negado seguimento** a Apelação Cível nº 318645-0, que fora manejada pela CELPE, em face de sentença que fixou indenização por danos morais no valor de R\$ 5.000,00 ( cinco mil reais ), em razão do apontamento indevido do nome do Autor/Recorrido no rol de inadimplentes do SPC/SERASA.

Inconformado com os termos do julgado, alega o Embargante que ingressou com os presentes Embargos de Declaração, para fins de pré-questionamento, vez que existiria divergência jurisprudencial sobre o caso em tela.

Nesse sentido, pugna pelo conhecimento e provimento dos presentes aclaratórios, com vistas a ser esclarecida a divergência jurisprudencial apontada.

É o relatório.

Recife, 29 de 05 de 2014

  
**ITABIRA DE BRITO FILHO**  
Des. Relator



**PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
**Gabinete Des. ITABIRA DE BRITO FILHO**

ÓRGÃO JULGADOR: **TERCEIRA CÂMARA CÍVEL**  
COMARCA: **TIMBAÚBA/PE - 1ª VARA CÍVEL**  
TIPO: **EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM RECURSO DE  
AGRAVO EM APELAÇÃO CÍVEL**  
PROCESSO Nº: **318645-0**  
EMBARGANTE: **COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO**  
EMBARGADO : **JEOVAH CAVALCANTE DE LIMA**  
RELATOR: **Des. ITABIRA DE BRITO FILHO**

**VOTO DO RELATOR**

Cuidam os presentes autos de Embargos de Declaração, cuja irresignação é decorrente de suposta divergência jurisprudencial existente no julgado que negou provimento a Recurso de Agravo, e, de conseguinte, manteve na íntegra a decisão terminativa que havia **negado seguimento** ao Recurso de Apelação Cível que fora interposto pela CELPE.

Como é cediço, nos precisos termos do art. 535 do Estatuto de Rito, os Embargos de Declaração tem por finalidade propiciar a integração do julgado, na hipótese de ter ocorrido omissão a ponto ou questão sobre a qual deveria se pronunciar, e, ou, eventuais esclarecimentos quanto à obscuridade ou contradições contidas no pronunciamento judicial, possibilitando, ainda, em caráter excepcionalíssimo, emprestar efeito infringente ao julgado, na hipótese de manifesto erro material ou de manifesta nulidade do acórdão, quando não existente outro recurso cabível à espécie.

No caso em tela, não há que se falar em existência de qualquer divergência jurisprudencial, uma vez que os julgados trazidos pela parte Embargante cuidam de hipóteses distintas da que foi verificada na Apelação Cível.

Nesse sentido, para que não parem dúvidas a esse respeito, passo a transcrever trecho de meu voto que bem ressalta essa alegada divergência suscitada pela parte Embargante, senão vejamos :

168  
JK

*"...Passando a enfrentar a questão, vê-se com clareza que a CELPE, a despeito de alegar inexistência de culpa, não trouxe à colação elementos que comprovassem a legalidade de sua conduta.*

*Nesse diapasão, é relevante destacar que não fez questão de trazer um único documento sequer capaz de demonstrar a alegada prática ilícita que teria sido levada a efeito pela Autora, ficando assim claro que a inscrição do nome da mesma nos cadastros de negativação do SPC/SERASA foi indevida.*

*Pois bem, como é cediço, os princípios que norteiam a responsabilidade extracontratual de que trata o art. 186 do Código Civil são claros : há de se comprovar a culpa do agente, o dano causado, e o nexo de causalidade entre a conduta do agente e o referido dano.*

*A responsabilidade civil e, conseqüentemente, a obrigação de indenizar, têm como pressupostos o erro da conduta do agente, do dano efetivamente produzido e o nexo de causalidade entre um e outro. Apenas a coexistência de todos os requisitos e não apenas de um ou de alguns deles, dá ensejo à reparação.*

*Desta forma, configurada a inscrição indevida, cabível é a indenização a título de dano moral.*

*Assim, face às circunstâncias fáticas mencionadas, tenho que a sentença combatida está em conformidade com a doutrina e a jurisprudência e dentro dos parâmetros estabelecidos pelo Superior Tribunal de Justiça.*

*Nesse interim, verificada a efetiva ocorrência do dano e o dever de indenizar, faz-se necessário, por conseguinte, proceder ao exame do quantum indenizatório, tendo em vista que, apesar de inexistirem parâmetros uniformes e definidos para estipulá-lo, devem ser observadas as particularidades que envolvem o pleito, à luz dos "critérios sugeridos pela doutrina e pela jurisprudência, com razoabilidade" (STJ - REsp 653568 / MG RECURSO ESPECIAL 2004/0060307-2; Relator Ministro JORGE SCARTEZZINI (1113); T4 - QUARTA TURMA; Julgamento em 14/12/2004; DJ 28/02/2005 p. 336).*

*JK*

Nesse norte, quanto ao grau de culpa da demandada, tem-se que esta comprovadamente agiu de forma negligente, deixando de tomar as medidas necessárias a evitar a inscrição indevida do nome do Autor/Recorrido.

169  
d

Quanto às repercussões do evento danoso, verifica-se que a autora teve que suportar ver seu nome "sujo" no serviço de proteção ao crédito, valendo novamente registrar que a falta de notificação prévia já gera, por si só, o dever de indenizar, não tendo a apelante trazido aos autos qualquer prova de comunicação à apelada.

Pelo exposto, tenho que o quantum arbitrado pelo MM. Juiz "a quo" não merece reforma, posto que inteiramente proporcional ao dano sofrido, vez que o valor de R\$ 5.000,00 ( cinco mil reais ) arbitrado pelo Magistrado se mostra razoável e proporcional com o caso em tela, servindo para compensar a ofensa sofrida, não se configurando em enriquecimento sem causa.

Por oportuno, cito alguns arestos da lavra do STJ, que tratando da questão, assim vem se posicionando, senão vejamos :

**AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL - AÇÃO INDENIZATÓRIA POR DANO MORAL - DECISÃO MONOCRÁTICA NEGANDO SEGUIMENTO AO RECURSO - INSURGÊNCIA DO RÉU.**

1. Pretensão voltada à redução do valor fixado a título de indenização por dano moral, em razão de indevida inscrição do nome do autor em órgão de restrição ao crédito. Inviabilidade. Valor arbitrado de acordo com os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade. Incidência da Súmula 7/STJ.

2. Agravo regimental desprovido. ( STJ - 4ª Turma - Rel. Min. Marco Buzzi - AgRg no REsp 1238768 / SC-j.02/05/2013 ).

**PROCESSO CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ESPECIAL. CADASTROS DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO. INSCRIÇÃO INDEVIDA. AUSÊNCIA DE NOTIFICAÇÃO. COMPENSAÇÃO POR DANOS MORAIS. VALOR. INCIDÊNCIA JUROS DE MORA.**

1. O STJ já firmou entendimento de que é razoável a condenação a até 50 (cinquenta) salários mínimos por indenização decorrente de inscrição indevida em órgãos de proteção ao crédito.

2. Em se tratando de danos morais, o termo a quo da correção monetária é a data da prolação da decisão que

*fixou o quantum da indenização, devendo incidir os juros de mora a partir do evento danoso em caso de responsabilidade extracontratual.*

*3. Agravo regimental desprovido ( STJ - 3ª Turma - AgRg no REsp nº 1202806 / MG - Rel. Min. Nancy Andrighi - j. 01.12.2011 ).*

À luz de tais considerações, é extema de dúvidas que os presente aclaratórios, visam unicamente reabrir a discussão sobre matéria já examinada.

Diante do exposto, rejeito os Embargos de Declaração interpostos contra a decisão atacada, para mantê-la em todos os seus termos.

É como voto.

Recife, 24 de 05 de 2014.

  
**ITABIRA DE BRITO FILHO**  
Des. Relator